

**Senhores Acionistas:** Aratu Geração S.A., submete à apreciação de V.Sas. em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes. A todos os que direta e indiretamente colaboraram com a Companhia, prestamos nossos agradecimentos.

São Paulo, 25 de março de 2011

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2010	2009
<b>Circulante:</b>			
<b>Disponibilidades:</b>			
Bancos		494	497
<b>Créditos, valores e bens realizáveis:</b>			
Energia elétrica de curto prazo	3.d	133	133
Cauções e depósitos vinculados		16	30
Tributos a compensar		8	6
		<u>651</u>	<u>666</u>
<b>Não circulante:</b>			
Imobilizado			
Em serviço	4	5.175	5.064
Depreciação acumulada	4	(3.915)	(3.823)
Mais valia do ativo imobilizado	4	264	264
Amortização acumulada	4	(80)	(73)
		<u>1.444</u>	<u>1.432</u>
		<u>2.095</u>	<u>2.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					
	Capital social realizado	Reserva legal	Reserva para expansão	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009</b>	1.565	45	-	-	1.610
Lucro líquido do exercício	-	-	-	613	613
<b>Destinações:</b>					
Constituição de reserva legal	-	31	-	(31)	-
Dividendos antecipados	-	-	-	(230)	(230)
Proposta de dividendos a distribuir	-	-	-	(352)	(352)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	1.565	76	-	-	1.641
Lucro líquido do exercício	-	-	-	331	331
<b>Destinações:</b>					
Constituição de reserva legal	-	16	-	(16)	-
Constituição de reserva para expansão	-	-	315	(315)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	1.565	92	315	-	1.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)**

**1 - Contexto Operacional:** A Companhia tem como finalidade a geração de energia elétrica, bem como estudos, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de seu interesse, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, além de fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Compreende também, o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de empreendimentos de geração de energia, principalmente a elétrica, resultante do aproveitamento de rios e outras fontes, principalmente as renováveis. A Companhia atua sob o regime de concessão outorgada originalmente através de Decreto em 20 de agosto de 1998 e detém duas pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), que são: (a) PCH Lobo, localizada no Rio Ribeirão do Lobo, nos municípios de Itirapina e Brotas, Estado de São Paulo; e (b) PCH Emas, localizada no Rio Mogi Guaçu, no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo, que se encontra desativada. A energia assegurada da PCH de Lobo é de 1,23 MW médios, ou 10.774,8 MWh. As concessões das duas hidrelétricas findarão em 26 de agosto de 2028, podendo ser prorrogadas por período de até vinte anos, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995 com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 10.848, de 2004. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de março de 2011, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, bem como dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas específicas aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emitidas pela ANEEL. Os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, estão substancialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo de transação. A aplicação retroativa de tais práticas não gerou efeitos sobre o resultado e patrimônio. **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados. **a. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário na qual a Companhia atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. **b. Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há alguma incerteza quanto a sua realização. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as

Anexo I - Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009			
	2010	2009	
<b>Receitas</b>			
Suprimento de energia	1.589	1.595	
<b>Insumos adquiridos de terceiros:</b>			
Energia comprada	(111)	(110)	
Serviços de terceiros	(828)	(493)	
Materiais	(11)	(7)	
Outros custos operacionais	(53)	(113)	
	(1.003)	(723)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	586	872	
Depreciação e amortização	(100)	(99)	
<b>Valor adicionado líquido</b>	486	773	
Receitas financeiras	12	4	
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	498	777	
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
Impostos, taxas e contribuições	94	94	
Taxas regulamentares (RGR)	39	42	
Despesas financeiras	34	28	
Lucro do exercício	331	613	
	<u>498</u>	<u>777</u>	

práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, as quais baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Valores significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ativo residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvem dessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente e que, por definição, raramente são iguais aos respectivos resultados reais. **d. Créditos por energia elétrica fornecida:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, refletindo a expectativa de recebimento. **e. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas utilizadas estão em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e Resolução Normativa da ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006. A mais valia do ativo imobilizado refere-se a parcela advinda de ágio incorporado de empresa controladora atribuível ao referido ativo. **f. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

	Taxas Anuais Depreciação/Amortização	31/12/10 Depreciação/Amortização	31/12/09
<b>Imobilizado em serviço</b>			
Terrenos	70	-	70
Barragens	2,0 a 5,0%	988	(898)
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,0 a 5,0%	1.216	(1.209)
Máquinas e Equipamentos	2,0 a 7,7%	2.604	(1.807)
Móveis e Utensílios	10%	1	(1)
Imobilizado em Andamento	296	-	296
<b>Mais valia do ativo imobilizado (*)</b>	264	(80)	184
	<u>5.439</u>	<u>(3.995)</u>	<u>1.444</u>
			<u>1.432</u>

(\*) O valor da mais valia do ativo imobilizado, refere-se à parcela cindida do ágio resultante da incorporação de controladora efetivada pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A., em 21 de dezembro de 1998. A parcela do ágio foi atribuída de forma proporcional aos ativos objetos da cisão e é amortizada pelo prazo médio de vida útil do imobilizado. **5 - Imposto de Renda, Contribuição Social e Créditos Fiscais a Compensar:** A Companhia possui prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social no montante aproximado de R\$ 452 em 2008 e 2007. Os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação, no âmbito da sistemática do lucro real,

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	2010	2009
<b>Receita operacional bruta:</b>			
Suprimento de energia		1.589	1.595
<b>Deduções às receitas operacionais:</b>			
Quota para a reserva global de reversão - RGR		(39)	(42)
PIS e COFINS		(58)	(58)
		(97)	(100)
<b>Receita operacional líquida</b>		1.492	1.495
<b>Custos do serviço de energia elétrica:</b>			
Energia comprada para revenda		(35)	(28)
Custo do uso do sistema de distribuição		(76)	(82)
<b>Custo da operação:</b>			
Materiais		(11)	(7)
Serviços de terceiros		(828)	(493)
Depreciação		(93)	(92)
Outras despesas		(49)	(113)
		(1.092)	(815)
		400	680

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)			
	2010	2009	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	331	613	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	100	99	
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Energia elétrica de curto prazo	-	(133)	
Outras contas a receber	12	(3)	
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Provisão para imposto de renda e contribuição social e outros impostos	13	(6)	
Outras contas a pagar	4	(4)	
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	460	566	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Ativo imobilizado	(111)	(244)	
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	(111)	(244)	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Dividendos pagos	(352)	(596)	
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento (Diminuição) do Saldo de Disponibilidades</b>	(3)	(274)	
<b>Disponibilidades</b>			
Saldo inicial	497	771	
Saldo final	494	497	
<b>(Diminuição) do Saldo de Disponibilidades</b>	(3)	(274)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada período base. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo enquadramento na sistemática do lucro presumido, tendo apurado, em 2010, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 36. Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia, bem como as respectivas declarações de rendimentos e os registros fiscais e contábeis, estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **6 - Capital Social:** Cada ação ordinária tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm direito a prioridade no reembolso do capital, sem direito ao prêmio, no caso de liquidação da Companhia, bem como receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O capital próprio da Companhia poderá ser remunerado em cada exercício social, com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP - calculado pró-rata dia. O estatuto social prevê a distribuição de dividendos obrigatórios, em cada exercício social, de 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. O capital social está dividido em 10.865 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 5.433 ações ordinárias e 5.432 ações preferenciais, sem modificação do montante do capital da Companhia, nos termos do artigo 12, da Lei nº 6.404/76.

Diretoria	
Daniela do Val Reis Diretora	Antonio Kazuo Koga Diretor
Mário Celso Luchini Contador - CRC-1SP 21567/O-1	

Aos Acionistas e Administradores da **Aratu Geração S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Aratu Geração S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência de existência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da **Aratu Geração S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Informação Suplementar Demonstração do Valor Adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e contida no Anexo I, cuja apresentação é feita apenas como o propósito de permitir análises adicionais, pois é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 25 de março de 2011

**Units**  
Auditores Independentes

**José Francisco Sant'Ana**  
Contador CRC - 1SP16159/O-8